

Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL (CLJR):

PARECER Nº 157, 25 de outubro de 2021.

OBJETO: Projeto de Lei Ordinária nº **135/2021**, que “*Concede o ‘Diploma de Reconhecimento e Gratidão’ à Sra. Viviane Moisés da Luz Soares e ao Sr. Isac da Silva Haber pelos trabalhos desenvolvidos como professores durante a decretação da pandemia da COVID-19, no município de Ubá*”.

AUTORIA: VEREADOR CÉLIO LOPES DOS SANTOS

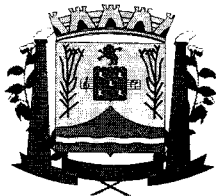
1- RELATÓRIO

Trata-se de projeto de lei, de origem parlamentar, que visa a concessão do “Diploma de Reconhecimento e Gratidão” aos professores que desenvolveram suas atividades durante a decretação da Pandemia da COVID-19, no município de Ubá.

A presente proposição, após passar pela discussão nesta Comissão, entrará em pauta observando os termos regimentais, em Sessão ordinária.

O Vereador Célio Lopes dos Santos, indicou para serem agraciados com o referido Diploma a **Sra. Viviane Moisés da Luz Soares e ao Sr. Isac da Silva Haber**.

A Lei Municipal nº 4.893, de 18 de agosto de 2021, em vigor, dispõe sobre a concessão do Diploma de Reconhecimento e Gratidão, e estabelece que será através de projeto de lei cuja iniciativa é reservada aos Vereadores, podendo cada um conceder até dois diplomas anualmente (artigo 2º, parágrafo único).



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

Nesse sentido, seguindo os ditames regimentais, vem a esta comissão o projeto em questão, a fim de ser apreciada quanto aos seus aspectos constitucional, legal e jurídico, com fulcro no artigo 48 do Regime Interno da Câmara Municipal de Ubá (Resolução 10/1993):

Art. 48. Compete a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final:

I- Manifestar-se quanto ao aspecto constitucional, leal e regimental e quanto ao aspecto gramatical e lógico sobre todos os assuntos entregues à sua apreciação, citando, quando for o caso, o dispositivo constitucional, legal ou regimental.

(...)

Feito o relatório, passa-se a opinar.

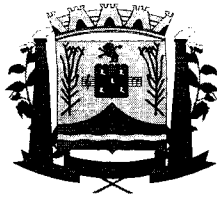
II- FUNDAMENTAÇÃO

O projeto reúne condições para prosseguir em tramitação, encontrando fundamento no art. 77, caput, da Lei Orgânica Municipal de Ubá, segundo o qual a iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer *vereador* ou Comissão da Câmara, ao Prefeito Municipal e aos Cidadãos.

Ademais, a presente proposição atende aos requisitos legais, pois foram indicados dois nomes pelo edil que, segundo as informações trazidas na “justificativa”, referem-se a profissionais da educação que tiveram que se reinventar na pandemia para adaptarem-se às aulas *online*, sejam gravadas ou síncronas.

Ambos os profissionais são docentes, Viviane atua na rede pública e Isac, em ambas.

Nesse mister, vale destacar um trecho dessa experiência relatada por um dos homenageados, professor Isac.:



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

“Atuo também na área da Educação Inclusiva e esta se mostrou como um desafio maior a ser enfrentado.

Além das incertezas e medo causado pela pandemia, tínhamos que buscar alternativas para alcançar também este público. E aí veio a necessidade de melhorar a internet em casa e aquisição de um novo computador. Como alternativa utilizamos aplicativos para estreitar o contato como Whatsapp, Zoom e Google Meet, bem como vídeos gravados com conteúdo sendo traduzidos e explicados.”

III- CONCLUSÃO

Portanto, conforme o preenchimento dos requisitos legais, manifestamo-nos *favoravelmente a aprovação do projeto de lei nº 135/2021.*

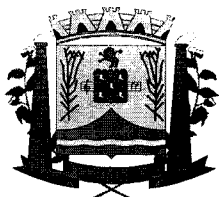
Ubá, 25 de outubro de 2021.

EDEIR PACHECO DA COSTA

PRESIDENTE DA COMISSÃO

JOSÉ MARIA FERNANDES

MEMBRO DA COMISSÃO



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS



GILSON FAZOLLA FILGUEIRAS

MEMBRO DA COMISSÃO